



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

CAIXA POSTAL

CADASTRO

AJUDA

**e-SAJ** Portal  
de Serviços

FÁBIO POMPEU PEQUENO JÚNIOR (Sair)

> Bem-vindo > Peticionamento Eletrônico de 1º Grau > Peticionamento Intermediário - Primeiro

Grau

▼ MENU

## Peticionamento Intermediário - Primeiro Grau

### ! Atenção

- Prezado FÁBIO POMPEU PEQUENO JÚNIOR, todos documentos foram assinados e protocolados com sucesso. O processo foi protocolado com o número **WEB1.19.01545719-0** em **16/09/2019 14:04:34**.
- Não foi possível enviar o e-mail de confirmação. Se necessário, você pode consultar o serviço "Caixa Postal" para conferência.

### Orientações

- Após a sua petição ser recebida e encaminhada pelo Tribunal, será possível acompanhar o andamento do processo através da **Consulta de Processos Online** existente no portal.

### Peticionante

Nome : FÁBIO POMPEU PEQUENO JÚNIOR

### Protocolo

Foro : Fortaleza - Fórum Clóvis Beviláqua

Processo : 0107383-36.2016.8.06.0001

Protocolo : WEB1.19.01545719-0

Tipo da petição : Petições Intermediárias Diversas

Assunto principal : Contratos de Consumo

Data/Hora : 16/09/2019 14:04:34

### Partes

Solicitante : Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT

### Documentos Protocolados

Petição\* : 2600348\_MANIFESTACAO\_LAUDO - 1-2.pdf

Documentação : COMPROVANTE DE PAGAMENTO - 1.pdf

### Downloads

Anexar documentos : Realizar download dos documentos da petição

Recibo : Realizar download do recibo



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 24<sup>a</sup> VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE**

**Processo:** 01073833620168060001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ROOSEVELT SOUZA MOREIRA**, em trâmite perante este Duto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.<sup>o</sup> 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada no Membro inferior esquerdo, seja em decorrência do acidente de trânsito.**

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexiste nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, pois nos mesmos consta o Calcanhar Esquerdo (PÉ) como membro lesionado, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre as lesões e um acidente automotor. Perceba que toda documentação carreada aos autos, apontam no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado e um sinistro de trânsito, vejamos:

## **INICIAL**

Ao ser periciado, conforme RELatório MÉDICO, anexo, foi inquestionavelmente constatada a **INVALIDEZ PERMANENTE** do Requerente, oportunidade em que os peritos concluíram o que o mesmo apresenta **"FRATURA NO CALCANHAR ESQUERDO COM PERDA DE TECIDO".**

## **BOLETIM DE OCORRENCIA**

INFORMA O NOTICIANTE QUE NO DIA, HORA E LOCAL ACIMA INDICADOS TRANSITAVA PILOTANDO A MOTO HONDA/CG 125 FAN, ANG 2008, DE PLACA HWX-0747, QUANDO UM VEÍCULO AVANÇOU A VIA, VINDO A VÍTIMA A ATINGI-LO; QUE EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE SOFREU FRATURAS NO CALCANHAR ESQUERDO, PÉRDA DE TECIDO E ESCORRÊNCIAS NO CORPO. NADA MAIS DISSE.

## **DOCUMENTO MÉDICO**

### **LAUDO :**

**Exame de controle pós-operatório de fixação metálica de fratura em calcâneo.**

**Superfícies e espaços articulares íntegros.**

**Demais aspectos preservados.**

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

FORTALEZA, 12 de setembro de 2019.

**JOÃO BARBOSA  
OAB/CE 27954-A**

**FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR  
14752 - OAB/CE**